

Contribuições da literatura marginal do Barreiro para o lugar-mundo

Raphael Henrique Correia – UFMG (raphaelhcorreia@gmail.com)
Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz – UFMG (uilmer@ufmg.br)

Resumo: Este trabalho apresenta investigações acerca das contribuições da literatura periférica — tratada aqui como literatura marginal, para manter coerência com a expressão utilizada pelos próprios atores da cena literária local — do Barreiro, regional administrativa de Belo Horizonte (MG), para a construção do Lugar Barreiro no mundo. Para isso, na introdução, os autores contextualizam a realidade da unidade espacial escolhida, destacando os elementos e variáveis que mais revelam a constituição da ação poética do lugar, bem como justifica e explicita os objetivos do estudo. No desenvolvimento, os autores realizam uma revisão teórica dos autores que produziram discussões significativas sobre a relação lugar-mundo. Essa revisão constrói uma linha analítica que parte da totalidade e chega ao lugar, relacionando as formas existentes no espaço com os aportes teóricos dos autores referenciais. Em seguida, explica-se a metodologia empregada na pesquisa para, então, desenvolver as entrevistas com poetas e autores da literatura marginal do Barreiro, bem como a análise das produções escritas e das apresentações dessa produção para a comunidade local. Também é realizada uma análise das transformações que o processo literário marginal produz no lugar, buscando reconstituir a relação entre o Lugar Barreiro e o mundo. Por fim, os autores apresentam suas considerações sobre o trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Literatura marginal; Lugar; Totalidade.

Contributions of Barreiro's marginal literature to the world-place

Abstract: This work presents investigations into the contributions of peripheral literature—treated here as marginal literature, to maintain coherence with the expression used by the actors of the local literary scene—from Barreiro, a regional administration of Belo Horizonte (MG), to the construction of the Barreiro Place in the world. To this end, in the introduction, the authors contextualize the reality of the chosen spatial unit, highlighting the elements and variables that most reveal the constitution of the poetic action of the place, as well as justifying and explaining the objectives of the study. In the development section, the authors conduct a theoretical review of authors who have produced significant discussions on the place-world relationship. This review constructs an analytical line that starts from the totality and arrives at the place, relating the existing forms in the space with the theoretical contributions of the reference authors. Next, the methodology employed in the research is explained, followed by the development of interviews with poets and authors of marginal literature from Barreiro, as well as the analysis of written productions and presentations of this production to the local community. An analysis of the transformations that the marginal literary process produces in the place is also carried out, seeking to reconstruct the relationship between the Place of Barreiro and the world. Finally, the authors present their considerations on the work developed.

Keywords: Marginal literature; Place; Totality.

1 - INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Belo Horizonte, com todas as suas movimentações poéticas que marcaram períodos, lutas e transformações nesse campo, desde sua construção, tornou-se “uma importante referência na produção literária e intelectual do país” (Carmona, 2016, p. 38). Nesse contexto, sendo o Barreiro a maior regional da cidade e reconhecida por sua intensa movimentação cultural, poética e musical, é possível encontrar diversos poetas, compositores, escritores, artistas e coletivos dedicados à produção, promoção e desenvolvimento da cultura literária marginal.

Ainda assim, a cultura nesse espaço permanece marginalizada, pouco amparada tanto pela economia produtiva quanto pela política institucional, o que traz inúmeros desafios a esses poetas e artistas. Essa marginalização foi absorvida pelo conjunto de escritores como reafirmação da cultura e da identidade local, no enfrentamento aos processos excludentes de produção do espaço pelo capitalismo, que se esforça constantemente para negar o “direito à cidade” (Lefebvre, 1968 apud Harvey, 2014). Esse movimento dos escritores se alinha à noção de literatura marginal, que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, quando o termo marginal é destituído de seu caráter acadêmico e elitista para ser apropriado por sujeitos em condições de marginalização, com o objetivo de “antagonizar as regras estéticas e comerciais impostas pelo mercado editorial” e imprimir as marcas do próprio território (Leroux e Rodrigues, 2014 apud Matos, 2023). Assim, em consonância com o movimento dos próprios autores e enquanto este texto se referir à literatura produzida nas margens socioespaciais, será utilizado o termo “literatura marginal” em detrimento de “literatura periférica”.

Nesse sentido, empreendimentos privados têm pouco interesse em investir na produção e promoção da literatura marginal, pois essa não integra o capital cultural promovido pela globalização, além de sua demanda não satisfazer os objetivos do mercado por uma mais-valia crescente. Além disso, a leitura é pouco estimulada ao trabalhador, que ocupa seu tempo oferecendo sua força de trabalho ao capitalista; essa expropriação do tempo livre configura uma forma de alienação. O lazer, que poderia constituir um espaço de desenvolvimento humano, converte-se em simples recuperação física para que o trabalhador continue produzindo (Marx, 2017). Essa realidade demarca nos lugares a face verticalizada do capitalismo globalizado, imprimindo neles a crueldade da divisão internacional do trabalho ocidental (Santos, 2014), que, aliada à espoliação urbana (Harvey, 2005), cria ambientes de subsistência - ou sobrevivência - e distancia o trabalhador do acesso à arte e à cultura. É importante ressaltar que essas opressões não determinam por completo a formação do lugar; talvez em escala global tal aproximação seja possível, porém os lugares

são atravessados por coletividades e horizontalidades que contrapõem a hegemonia totalizante, constituindo o espaço como campo criativo de possibilidades de transformação do todo.

Para a instituição estatal, permanece a tarefa de incentivar literatura, arte e cultura. Contudo, o Estado enfrenta orçamentos restritos e múltiplas demandas nessa área, restando pouca destinação direta aos movimentos literários marginais da cidade. Ademais, tal incentivo é conflituoso, pois, ainda que existam políticas públicas voltadas para isso, há também repressão às expressões dessa cultura no uso das estruturas físicas da cidade.

Inseridos em “uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo que é diferente e da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria” (Bagno, 2013), esses artistas e poetas se tornam também militantes culturais, utilizando suas próprias produções para denunciar, interna e externamente, os processos marginalizantes do lugar. Dessa forma, a atuação dos atores e suas produções constituem formas de modificar o local frente às dinâmicas totalizantes da globalização, ressignificando as percepções do espaço (Santos, 2014). Essa denúncia vem acompanhada de um orgulho de ser poeta, apesar das repressões sofridas; orgulho de viver e lutar pela reprodução social e pelas condições de consumo; orgulho de compartilhar um espaço que, mesmo afastado do centro e atravessado pelas mazelas estatais, produz pessoas e subjetividades singulares. Essas vivências, fruto das relações materiais e simbólicas com o território (Santos, 2014), criam vínculos de pertencimento e identidade, refletidos nas obras e ações dos poetas e escritores da literatura marginal.

Estando essas atividades de apropriação do espaço intimamente ligadas ao Barreiro, que possui seu próprio conjunto de especificidades, vale a pergunta: será que as ações e produções desses poetas contribuem para a formação e a transformação do lugar Barreiro? “O direito à cidade é muito mais que o direito individual de acesso aos recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. É, além disso, um direito coletivo, e depende do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (Harvey, 2014, p. 74).

Sendo assim, a geografia, como disciplina, pode contribuir para o estudo ao considerar as produções e movimentações literárias do Barreiro como categoria de análise, buscando compreender de forma mais profunda a construção do espaço e do lugar; e os processos da produção literária marginal apresentam amplo conteúdo para que geógrafos desenvolvam estudos acerca do espaço produzido pelas interações sociais nas quais os atores se inserem.

O presente texto está distante de qualquer tentativa de analisar os gêneros literários expressos pelos autores, dedicando-se centralmente à análise do componente espacial no qual a literatura marginal se insere. Ou seja, busca realizar um estudo que perceba as relações de trabalho, produção, distribuição e os resultados decorrentes da interação dessa categoria de análise - a “literatura marginal do Barreiro” - com o Lugar e com o mundo.

A busca por tal conhecimento constitui também uma tentativa de compreender um pouco melhor a totalidade, pois “não há diferença entre escolher uma porção do espaço ou uma questão específica referente a todo o território” (Santos, 2014, p. 50). O Barreiro, por ser um subespaço da totalidade, relaciona-se dialeticamente com ela; suas formas contíguas são expressões resultantes dos sincronismos e diacronismos do Lugar frente aos movimentos modernizantes do todo.

Nesse sentido, a intenção dos autores neste trabalho é aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de licenciatura em Geografia, da UFMG, em pesquisas que sejam relevantes para sua formação acadêmica e pessoal. O Barreiro é a “casa” que os autores passaram a chamar de “lar”, pois foi ali que se deparou com, e contemplou, a enorme diversidade cultural dos lugares no mundo, onde estabeleceu suas relações interpessoais mais profundas e onde o território ganhou sentido pelas experiências vividas nas relações, movimentações e lutas. Foi ali também que os símbolos e signos presentes nos espaços se mostraram fundamentais para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Os autores acreditam ainda que o aprendizado na instituição acadêmica - espaço de históricas exclusões de minorias - deve estar sempre em confluência com as vivências dos estudantes que ali desenvolvem seu conhecimento. A classe trabalhadora, atravessada por opressões, quando presente na universidade, deve empenhar forças para utilizar a instituição no combate às mazelas vividas no território. Não se espera das classes privilegiadas bom senso ou empatia, pois historicamente nunca protagonizaram movimentos de superação das desigualdades sociais. Contudo, a coletivização desse conhecimento, para além dos muros universitários, deve ser um compromisso daqueles que experienciam ou experienciaram as condições de vida da classe trabalhadora, além da permanente luta pela democratização das instituições de ensino.

Diante dessas constatações, e considerando que este trabalho busca investigar as variáveis que atravessam a realidade da produção da “literatura marginal” e as possíveis contribuições da atuação de poetas, escritores e compositores na formação do lugar, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa.

1.1 Objetivo geral

Investigar como a produção artístico-literária dos poetas “marginais” influencia nas dinâmicas de produção e transformação do Lugar Barreiro em sua relação com o mundo.

1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos se concentram em entender:

- a) Como as expressões literárias marginais se apresentam publicamente no território Barreiro, investigando os modos de sua difusão e visibilidade no espaço urbano;
- b) Como a ação da cena literária barreirense é articulada entre os atores e a comunidade, considerando as formas de cooperação, circulação de saberes e fortalecimento das práticas culturais locais;
- c) Como a arte escrita é percebida pelos autores e leitores, analisando as diferentes formas de apreciação, valor simbólico e envolvimento com a produção literária;
- d) Quais são as transformações concretas do território a partir desta arte, analisando de que modo as práticas literárias influenciam o uso dos espaços e as relações sociais locais.

2 - METODOLOGIA

Este trabalho se insere no âmbito da produção do espaço e da cultura, fundamentando-se principalmente na geografia crítica para a discussão e análise do contexto geral. Preocupa-se também em realizar um estudo coerente dos aspectos econômicos, sociais e políticos envolvidos na relação dialética e material entre o universo da literatura marginal e a produção do lugar Barreiro. Dada a natureza da pesquisa, cujo delineamento teórico se apoia no materialismo histórico-dialético, os autores optaram pelo método qualitativo. Esse método contribui de maneira mais adequada, pois amplia a compreensão da realidade como processo no espaço e no tempo, permitindo o acesso aos sentidos, significados e experiências presentes na produção das práticas sociais. Quanto aos procedimentos da pesquisa, na tentativa de abranger a complexidade e a dimensão da categoria de análise “literatura marginal do Barreiro”, pesquisa documental, revisão teórica, efetuada nos dias de 10 a 30 de agosto selecionando os textos com as seguintes palavras-chave: Literatura marginal; Lugar; Totalidade. Selecionando e lendo 44 textos e relacionando ao trabalho a quantidade de 14 textos. Sendo que utilizamos as bases do Google Acadêmico, o Portal Periódicos da CAPES, o SciELO, o Scopus e o Web of Science.

O procedimento documental comporá o primeiro dos três itens da aplicação metodológica, intitulado “Análise das produções escritas”. Nessa etapa será realizado um levantamento de produções escritas e publicadas formalmente, como livros, revistas, jornais, cadernos culturais e outras, ou informalmente, como zines e publicações em redes sociais, blogs e afins. Os textos serão analisados por meio do método de investigação baseado na análise semiótica, com o objetivo de identificar valores, símbolos, significados e representações expressas por figuras de linguagem e metáforas que possam revelar interconexões entre o conteúdo escrito e a territorialidade exercida no espaço.

3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 - A definição de Lugar e Totalidade

Milton Santos, geógrafo brasileiro, propôs-se a criticar e desenvolver um novo paradigma para a geografia, dedicando grande parte de sua vida ao aprimoramento dessa ciência. A noção de lugar, por Santos, é amplamente pesquisada pela comunidade científica e utilizada de forma interdisciplinar em diversas epistemologias.

Ao abordar lugar e totalidade, Santos (2014) discute a interdependência entre esses conceitos, entendendo-os como formas que se constroem dialeticamente, sendo uma parte constitutiva do outro. Em síntese, o lugar é o recorte concreto da totalidade, o ponto onde essa totalidade se manifesta por meio da relação entre o técnico e o vivido, enquanto a totalidade corresponde ao sistema mundial que articula todos os lugares, ou seja, a articulação entre os movimentos e momentos que emergem deles.

O espaço é o palco onde o futuro pode se realizar, pois, segundo Santos (2014, p. 63), “tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos”. Isso significa que os modos de produção que escreveram a história não são os mesmos que incidem sobre o espaço hoje; os eventos passados se acumulam até constituir o tempo presente. Sendo o espaço a acumulação de tempos, é justamente no presente - isto é, no espaço - que as possibilidades de transformação se concretizam. “Cada sociedade veste a roupa do seu tempo” (Bukharin, 1972 apud Santos, 2014, p. 25).

Compreendido como sistema de objetos e sistema de ações, o espaço geográfico constitui um conjunto indissociável (Santos, 1994). O lugar é uma fração - ou subespaço - da totalidade, e é nele que se movimentam os mundos da tecnosfera e da psicoesfera. A tecnosfera abrange o conteúdo técnico e informacional, pois as estruturas e formas físicas

que compõem o sistema de objetos carregam informações e intencionalidades. Já a psicoesfera reúne o conteúdo comunicacional, sendo responsável pela co-presença que proporciona a coesão das ações que dão sentido ao lugar.

“As relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais.” (Santos, 2014). Ao afirmar isso, Santos indica que a ordem das informações - ou seja, dos objetos e das infraestruturas - é verticalizada, definida e distribuída nos espaços segundo determinações globais. Por outro lado, a ordem das horizontalidades, das ações, é produzida no campo da realidade diretamente vivida dos lugares, onde as pessoas precisam conviver e compartilhar para que o entorno faça sentido. É nessa convivência e nesse compartilhamento que surgem o acontecer solidário e o cotidiano compartilhado.

Todos os lugares são diferentes entre si, e essas “diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (Santos, 2014). Os modos de produção se tornam concretos quando chegam ao território e, “daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares” (Santos, 2014). Nos lugares, as necessidades externas - do âmbito global - confrontam-se com as necessidades internas - do subespaço. Dessa relação, surgem as formações sociais, uma vez que as necessidades no lugar são simultaneamente síncronas e assíncronas em relação às necessidades globais. Isso ocorre porque “o modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho” (Santos, 2014).

O novo expressa verticalmente as configurações do modo de produção emergente, buscando substituir o anterior que se encontra nos lugares; porém, as necessidades internas se manifestam como resistência a essa novidade. A informação chega de forma imediata, pois o lugar não está dissociado do todo, mas as formas sociais existentes se movimentam em torno de suas próprias necessidades, criando uma temporalidade própria do lugar.

A defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos do espaço é responsável pelas diferentes idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão. De resto, a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de variáveis atuarem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço (Santos, 2014, p. 31-32).

Contudo, Milton afirma que “o lugar é a oportunidade do evento” (2014), pois, segundo ele, o lugar possui autonomia e imprevisibilidade no processo de deformar e ser deformado pelos projetos hegemônicos. São justamente as possibilidades de futuro que tornam o lugar tão especial. Como afirma o autor, “No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o

passado, torna-se nossa âncora.” Se a totalidade é a totalidade das estruturas e das relações - isto é, a totalidade dos lugares - então a concepção de lugar se torna uma categoria de extrema importância na análise do todo. Assim, nesse texto, os autores buscam dar destaque à concepção de lugar, pois “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2014).

3.2 - O caminho da Totalidade ao Lugar

Para aprofundar nos estudos sobre o lugar, é necessário construir um caminho capaz de elucidar as relações dialéticas entre as escalas do espaço e do tempo. O lugar não pode ser analisado senão como um subespaço do todo, e a análise do subespaço é também a análise da totalidade, pois essa corresponde ao conjunto das formações espaciais que constituem a sociedade (Santos, 2014). Sendo assim, o tempo é a grandeza na qual os modos de produção se inscrevem; então, a interpretação do espaço humano na geografia pressupõe o estudo dos processos espaciais no tempo, o que fundamenta a compreensão da realidade e cria possibilidades de transformação, justamente porque permite identificar as permanências, contradições e mudanças que se acumulam e se expressam no espaço presente.

Nesse sentido, o processo de definição de uma unidade espacial de pesquisa não pode ser feito de forma desvinculada do global. Por isso Santos (2014) discute as complexidades envolvidas na escolha de uma unidade espacial para estudo, indicando que alcançar a forma-conteúdo de um lugar implica subdividir a realidade de modo que ela possa ser reconstituída quando suas partes forem novamente articuladas. “A ‘redução’ sistemática e a ‘reconstituição’ baseadas na teoria, conceitos e modelos representam um processo dialético no qual se elimina a pseudocontradição entre dedução e indução” (Santos 2014, p. 50).

Se partirmos da noção de Formação Econômica Social, de Marx, podemos começar a delinear o caminho a ser seguido. Essa formação corresponde, de modo resumido, ao sistema globalizado de relações entre os diversos Estados-nação, baseado em um modo de produção econômica que institui, de forma verticalizada, as novidades técnicas modernas. O Estado-nação é, assim, uma das categorias espaciais da totalidade e é responsável pela gestão econômica e social de um determinado território, em articulação com outros Estados. Compreender o significado do Estado-nação em sua relação com a totalidade - isto é, com o mundo globalizado - é essencial para discutir as escalas menores das formas espaciais.

Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A ‘região’ não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se

tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo (Santos, 2014, p. 43).

Ainda, o Estado-nação possui poder para implantar as demandas do capitalismo em seu território, pois é ele quem ordena, organiza e legitima o território. As forças e resistências expressas pelos locais também são, simultaneamente, resistências do Estado frente a outros Estados, influenciando diretamente a velocidade do processo modernizador e, de forma intrínseca, a constituição da totalidade, pois “o conjunto de subestruturas que dispõem dessa força de comando é responsável pela evolução da totalidade” (Santos, 2014, p. 49).

No caso do Brasil, assim como em outros países do Terceiro Mundo, sua forma resulta de processos históricos que configuraram sua dependência em relação aos países imperialistas. Como afirma Marx (2017, p. 26), “O desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e de sua história.” Sendo a história do Brasil marcada por nacionalismo, desenvolvimento econômico dependente e políticas econômicas liberais, além de grande interferência externa na produção do espaço nacional, o país permaneceu estacionado no circuito inferior (Santos, 2014), atuando como produtor especializado em indústria primária e dependente de tecnologias. “Um país subdesenvolvido é uma formação Sócio-Econômica dependente, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização do espaço é dependente” (Santos, 2014, p. 45).

A cada momento da divisão internacional e nacional do trabalho, a localização geográfica das indústrias brasileiras foi sendo redistribuída, renovando os espaços produtivos em favor do capital estrangeiro. Essa redistribuição é também uma renovação do modo de produção; assim, funções que em determinado momento eram novas, tornam-se antigas, evidenciando a interferência do global na geografia nacional. Isso é perceptível porque a divisão internacional do trabalho modifica o modo de produção a partir de uma intencionalidade nova, que reconfigura as formas geográficas (Santos, 2014). Sendo assim, o Estado abriga essas novas intenções provenientes da divisão internacional do trabalho; contudo, é na divisão interna do trabalho que se materializa a realidade social do país, ao manifestar os reclamos da sociedade brasileira, isto é, a resposta das formas preexistentes diante da novidade externa.

Seguindo o caminho que nos permite compreender o lugar em sua complexidade, chegamos à Região. No Brasil, em momentos passados - sob antigos modos de produção - as regiões apresentavam uma coesão geográfica mais definida, pois as dimensões técnico-científicas permitiam um distanciamento entre os locais até certos limites. Nesse contexto, a industrialização concentrada foi fundamental para a produção dos espaços urbanos, pois se

tornou motivo de deslocamento de trabalhadores de todo o território nacional que buscavam oportunidades de inserção nos novos processos globais mediante a oferta de sua força de trabalho. Muitas cidades brasileiras foram criadas e desenvolvidas a partir desse processo; porém, com o avanço da atuação em rede das grandes empresas e monopólios, e a chegada do período técnico-científico-informacional, houve descentralização industrial e redução na utilização de mão de obra.

A Região tornou-se mais difusa, operando em redes e fluxos geograficamente extensos. Ainda assim, é na região - produto histórico das relações sociais - que se expressam as formas desiguais de uso do território, as diferenciações espaciais do modo de produção e as especializações impostas pelo capitalismo. Santos (2014) afirma que a região, além de seus aspectos naturais, humanos e políticos, é também uma expressão da divisão territorial do trabalho. Isso ocorre devido à distribuição desigual do meio técnico-científico-informacional, que configura uma distribuição populacional condicionada pelo modo de produção e, simultaneamente, produz conjuntos de ações diferenciais entre as regiões (Santos e Silveira, 2001). “Acostumaram-nos a uma idéia de região como um sub espaço longamente elaborado, uma construção estável. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não” (Santos, 2014).

Quando chegamos à discussão sobre cidades, Milton Santos (2014) faz questão de incluir no debate as cidades locais, ou cidades de subsistência. A principal característica utilizada para diferenciá-las das grandes cidades, metrópoles e regiões metropolitanas, é a economia, pois o acontecer econômico nessas cidades locais constitui fator fundamental na definição da forma social presente naquele espaço. A cidade local está articulada ao modelo de consumo do mundo e representa o limiar do que ainda se pode denominar cidade, pois é:

[...] uma aglomeração urbana mínima capaz de responder a mudanças quantitativas e qualitativas... aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função essa que implica uma vida de relações (Santos 2014, p. 88).

As cidades locais se situam sempre nas periferias do sistema urbano, não participando das zonas de influência das grandes cidades, mas contribuindo para facilitar a distribuição e o acesso a produtos nas aglomerações próximas. Portanto, a relevância dessas cidades no estudo reside no fato de que seu consumo primário influencia a economia dos grandes centros (Santos, 2014). Sendo o Brasil um território subdesenvolvido e composto por inúmeras cidades locais, o debate urbano precisa considerar as influências dessas aglomerações no conjunto nacional.

Já a situação nas grandes cidades é mais complexa. O processo histórico de formação territorial está associado, sobretudo, ao desenvolvimento da indústria, que, em determinado momento, concentrou pessoas e produziu espaços urbanos. A urbanização industrial gerou cidades conectadas a outras cidades industriais, criando densas malhas urbanas, denominadas metrópoles. Essas cidades se desenvolveram no meio técnico-científico e dependiam de grandes contingentes de mão de obra.

Contudo, com o avanço do meio técnico-científico-informacional, essa realidade se transformou: o interesse do capital financeiro externo alterou o modelo industrial no Brasil, passando a investir em indústrias de “capital intensivo” (Eckaus, 1955 *apud* Santos, 2014), isto é, empresas voltadas à acumulação de capital e desvinculadas da responsabilidade de promover o desenvolvimento industrial do Estado-nação. Essa situação descentralizou a localização das indústrias, reorientou o desenvolvimento nacional para o setor primário e reduziu a necessidade de força de trabalho. As empresas se modernizaram e, com a consolidação do meio técnico-científico-informacional, deslocaram-se para áreas distantes dos grandes centros, direcionadas à produção primária para exportação, com elevado investimento tecnológico. Segundo Santos (2014, p. 95), “essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária”, resultando no crescimento das periferias e favelas, na deterioração do emprego e no aumento do trabalho informal e precário.

Os centros urbanos foram se especializando em atividades do setor terciário, materializadas no território por dois circuitos: o circuito superior e o circuito inferior. A coexistência desses sistemas afeta a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços, pois o circuito superior concentra o acesso a esses produtos, enquanto o circuito inferior não os alcança, produzindo desigualdades que se retroalimentam (Santos, 2014).

Um destes dois circuitos é o resultado direto da modernização e diz respeito a atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também um resultado da modernização, mas um resultado indireto, visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam, do recente progresso técnico e das vantagens a ele ligadas (Santos, 2014, p. 96).

Enfim, o circuito superior é o espaço onde a atividade econômica está diretamente vinculada ao que há de moderno, respondendo aos interesses do centro do capitalismo. Nesse circuito, costuma se concentrar o controle da tecnologia aplicada às indústrias e às atividades nos países subdesenvolvidos, sendo distribuídas suas funções a uma parcela reduzida da população altamente especializada. Além disso, concentra-se nas grandes cidades o terceiro setor responsável por gerir a produção da indústria primária localizada no campo.

Enquanto isso, o circuito inferior apresenta características de produção e distribuição “essencialmente constituídos por formas de fabricação de ‘capital não intensivo’, por serviços não modernos... pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala” (Santos, 2014, p. 97). Tais características estão diretamente vinculadas às condições de reprodução social da classe trabalhadora, pois não pressupõem acumulação de capital, mas sobretudo, “sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida” (Santos, 2014).

Percebe-se, então, que a cidade não é algo materializado em si mesma; ela se concretiza no fluxo das produções do território nacional, produções carregadas de informação e que podem inclusive ser consideradas informação em movimento. “Neste momento, a metrópole está presente em toda parte e no mesmo momento” (Santos, 2014, p. 131), isto é, a metrópole assume o papel de distribuir, de forma sincrônica e instantânea, os anseios do circuito superior. Ainda segundo Santos (2014), o tempo que se encontra em todos os lugares é o tempo das metrópoles, pois são elas que transmitem o tempo do Estado e das multinacionais. Contudo, cada lugar apresenta variáveis e condições locais distintas, o que resulta em defasagens nos tempos vividos por cada lugar.

Chegamos então ao lugar, o ponto final do caminho proposto neste capítulo e, simultaneamente, o ponto de partida para compreendê-lo, pois, ao partir do lugar, torna-se necessário reconstruir o percurso até a totalidade. Como vimos, a metrópole foi dissolvida e está presente em todos os lugares, mas a composição geográfica das cidades permanece um mosaico de realidades e formas sociais distintas, profundamente segmentadas no espaço. O lugar é o recorte que buscamos para realizar as análises que compõem este trabalho, onde as intenções da metrópole, ou do mercado global, confrontam-se com a sociedade civil. Santos (2014, p. 143) afirma que “o território se reafirma no lugar” e que:

[...] as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e consumo [...] Devemos ter isso em mente ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos liberte da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade.

Nesse contexto, o lugar obriga os pesquisadores a reconhecerem sua capacidade de produzir novas horizontalidades, articuladas a partir das interações sociais, culturais, econômicas e políticas que se apresentam no cotidiano do território. Essas interações, constantemente invisibilizadas pelas lógicas globais, revelam os movimentos de resistência que criam a identidade do lugar. Ao observar os movimentos locais, torna-se possível

identificar os processos que relativizam a hegemonia do mercado e afirmam o território como construtor da realidade.

3.3 - Cultura popular

Sendo o lugar o palco das realizações materiais das formações sociais, a cultura surge como produção da psicoesfera, resultado das ações em co-presença das pessoas que nele vivem. De acordo com Catenacci (2001), a cultura sempre foi uma forma de produção social disputada entre as classes existentes. Tal afirmação é pertinente, pois a produção do espaço se realiza no lugar, e a produção cultural é justamente a ação que garante a continuidade desse espaço, já que é por meio dela que o imaginário coletivo gera aquilo que Santos (2014) denomina como acontecimento solidário e rotina compartilhada. Movimentos elitistas, ao longo do tempo, empenharam-se em separar e desqualificar as tradições culturais populares e suas produções no campo das ciências e das artes (Catenacci, 2001).

O que é popular, originado das relações da classe trabalhadora, constrói-se para além da pré-existência (Canclini, 1989 *apud* Catenacci, 2001). Trata-se de formas que se alteram com o tempo e com o espaço, revelando sua característica móvel, típica das formações sociais. As tradições de hoje não são as mesmas do passado; são resultados das relações entre as instâncias dos povos dos lugares e a totalidade, que redefine continuamente o significado do popular no espaço. As manifestações da cultura popular atravessaram diferentes tempos, modos de produção e divisões do trabalho ao longo da história da luta de classes. Além disso, os diversos processos de apagamento da cultura popular estão presentes na produção científica, na intolerância religiosa, na estratificação em classes, no racismo institucional e estrutural, no elitismo, nos preconceitos de gênero e sexualidade, nas políticas públicas de repressão e em tantas outras formas de silenciamento e supressão.

4 - O BARREIRO

A contextualização histórica do Barreiro é fundamental para compreendermos a dinâmica da formação social existente na região, atualmente. Sendo o espaço uma acumulação desigual de histórias, revisitar o passado se torna essencial para entender o território presente e identificar as rugosidades (Santos, 2002) que podem influenciar de alguma forma as relações existentes no lugar. A Prefeitura de Belo Horizonte reúne, na

coletânea de revistas “História dos Bairros”, diversos elementos históricos referentes às regionais da cidade.

Por volta de 1855, existia na área a Fazenda Barreiro, o que já indica uma ocupação de, no mínimo, 42 anos antes da fundação da atual capital mineira, inaugurada em 1897. Durante esse período, os proprietários das fazendas que se desmembraram da Fazenda Barreiro não respeitavam as leis abolicionistas da época, gerando diversas tensões na região. Ayobami Nombulelo, gestora e produtora cultural, em seu trabalho audiovisual que reivindica justiça pela memória das mulheres e homens negros escravizados nesse período, relata um pouco da história de Matias.

Alforriado Matias foi um abolicionista que viveu como escravizado em Minas Gerais, que libertou outros escravizados e mudou o curso da história da região do Barreiro no auge do movimento abolicionista no Brasil, no século XIX. Assassino na cadeia aonde fora levado por matar o escravocrata, dono da fazenda Barreiro, num conflito pelo seu direito à liberdade (Nombulelo e Andreatta, 2021, trecho do filme).

A história desse sujeito é mencionada neste texto justamente para evidenciar que as diversas movimentações do passado permanecem presentes no acúmulo espacial; a trajetória do alforriado Matias influencia as ações dos atores do território até os dias atuais, criando horizontalidades e enfrentamentos aos processos homogeneizantes. Muitas das histórias evocadas aqui seguem vivas na memória, na identidade e nas manifestações da população barreirense.

Durante e após o período abolicionista, nas décadas de 1880 e 1890, o Estado implantou políticas fundamentadas em concepções eugenistas para adequar o país à nova divisão internacional do trabalho. Ao restringir as oportunidades de inserção da população negra no mercado de trabalho e no acesso à propriedade privada, houve no Brasil intensa importação de mão de obra europeia para o trabalho remunerado nas cidades e no campo. O governo de Minas Gerais adquiriu as terras da Fazenda Barreiro e as destinou às famílias provenientes de países europeus, como Itália, Alemanha e Portugal, para que formassem ali uma colônia agrícola. Entre essas famílias estão os De Moro, Pongeluppi e Gatti.

Atualmente, no Barreiro, essas famílias ainda estão presentes: algumas viram suas posses se dissolverem ao longo do tempo; em outras, restaram apenas os nomes de bairros como referência, fonte de orgulho para seus descendentes; enquanto outras converteram suas terras em investimentos, demonstrando rápida adaptação às novidades e às modernizações emanadas da totalidade. Contudo, é importante destacar a relevância dessas famílias na conformação territorial, pois posses, bens e símbolos – como os sobrenomes

europeus – tiveram, e ainda têm, mesmo que de forma reduzida, alguma influência na identidade do território.

Com a construção de Belo Horizonte, em 1897, o Barreiro se tornou importante região de abastecimento agrícola da nova capital. Até cerca de 1945, sua relevância estava associada às atividades agrícolas e ao uso recreativo pelos moradores da capital. Nesse período, marcado pelas políticas nacionalistas da era Vargas e pelo incentivo à industrialização, surgiram diversas indústrias no Barreiro, como a fábrica de telhas e a pedreira da família Gatti, localizada onde hoje é o bairro Olaria, entre outras, instaladas na área atualmente conhecida como Cidade Industrial, em Contagem. Essas empresas intensificaram a ainda tímida urbanização que se iniciara no Barreiro, mas foi com a chegada da empresa alemã Mannesmann Ag., em 1952, que a urbanização industrial da região avançou mais rapidamente.

Com o crescimento populacional do Barreiro, sua distância em relação ao centro de Belo Horizonte e o fortalecimento de um comércio local, foi criada, em 1973, a Região Administrativa do Barreiro, evidenciando sua importância política e geográfica. A demanda crescente por moradia decorreu da chegada de pessoas a Belo Horizonte, em busca de emprego, muitas delas se instalando em áreas de risco, o que levou o governo a construir, ao longo de décadas, diversos conjuntos habitacionais. Esses conjuntos moldaram a ocupação territorial do Barreiro e hoje se constituem como rugosidades de formas passadas, vestígios de antigos modos de produção, a partir dos quais surgiram várias comunidades atuais (Prefeitura de Belo Horizonte, 2008).

Quanto à ocupação do território, além das políticas habitacionais implementadas de forma precária pela Prefeitura de Belo Horizonte – pois não foram acompanhadas por políticas de integração territorial, como as de mobilidade urbana – as ocupações passaram a desempenhar papel cada vez mais significativo na distribuição do espaço urbano.

Tal processo se ampliou nos anos 1990, com o surgimento das ocupações Vila Corumbiara, Vitória da Conquista, Buraco Doce e Rocinha, e cresceu vertiginosamente nos anos 2000, com as ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy I e II, Corumbiara II, Horta, Eliana Silva, Olaria e Nelson Mandela. Esse tipo de produção informal de moradia na região, apoiado ou liderado por movimentos sociais, vem sendo registrado há décadas em Belo Horizonte (Ferreira e Jayme, 2019, p. 547).

A aquisição de bens e serviços na região do Barreiro, desde os primeiros conjuntos habitacionais, só foi possível graças às mobilizações sociais que pressionaram os governos de Belo Horizonte a atenderem às demandas da população. Como exemplo, podemos citar

as mobilizações de moradores e do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) em ocupações na região do Barreiro, que obtiveram êxito em muitas de suas reivindicações por “operarem estratégias singulares para negociar o acesso a materiais e serviços, demonstrando sua habilidade em conviver no limiar das fronteiras entre o legal e o ilegal, exprimindo a tendência popular da mobilidade e da heterogeneidade” (Ferreira & Jayme, 2019, p. 588).

O Barreiro é hoje a regional mais industrializada dentro dos limites de Belo Horizonte; contudo, considerando o desenvolvimento industrial na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), os vetores de industrialização modernos se deslocam para municípios como Betim, Contagem e, mais recentemente, para a região norte — Vespasiano, Lagoa Santa, entre outros (Monte-Mór e Diniz, 2018).

A regional do Barreiro, a mais populosa de Belo Horizonte, com aproximadamente 300 mil habitantes, não desenvolveu seu parque industrial no mesmo ritmo das demandas externas, devido à ausência de vetores de expansão. O território é cercado por Áreas de Preservação Ambiental (APAs), por uma zona altamente urbanizada e especulativamente valorizada, além da presença dominante de mineradoras na região sul, e pelos limites com a Cidade Industrial de Contagem e Ibirité, que integram a conurbação industrial do vetor oeste da RMBH (Lages, 2020). A indústria no Barreiro, com exceção da Vallourec & Mannesmann, especializou-se em atividades do circuito inferior, produzindo objetos destinados ao abastecimento de grandes empresas internacionais como Fiat, Caterpillar e Iveco, frequentemente com plantas localizadas em municípios da RMBH.

O trabalho é um dos elementos organizadores da vida no território. Ele expressa cultura, que se desdobra em relações de produção e regras formais e informais, e que regulam a convivência em comunidade. Além disso, constitui um meio para alcançar, de forma remunerada ou não, a reprodução material das famílias, as formas de inserção social, o empoderamento das pessoas e grupos sociais, promovendo também a auto-estima e a identidade com o território (Monte-Mór e Diniz, 2018, p. s/n).

A grande população do Barreiro não encontra espaço de inserção suficiente nas indústrias da região, especialmente porque sua maior empresa, a Vallourec & Mannesmann, reduziu ao longo do tempo sua participação na empregabilidade local devido aos processos de modernização e tecnologização fabril. Dentro da densa população do Barreiro, uma parcela trabalha nas indústrias da RMBH - sobretudo no vetor oeste - enquanto outra parte garante seu sustento por meio do trabalho desenvolvido no terceiro setor, como serviços e comércios.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propriedade sobre a arte e a literatura dentro do território brasileiro sempre foi reivindicada pelas elites econômicas nacionais e globais. O domínio sobre a definição do que é e do que não é arte e literatura criaram processos de exclusão de uma maioria da população, dificultando a produção de capital simbólico por parte desta população, porém, a cultura produzida na periferia possui as mesmas características criativas naturais do ser humano, com isso a arte e a literatura passa a ser também uma fonte de tensão entre as classes sociais.

A Cultura Marginal presente nos lugares é uma expressão simbólica que se concretiza no tempo e lugar. Ainda que as dificuldades de reprodução cultural atinjam diretamente os processos de produção literária, ela não cessa, pelo contrário, criam características próprias do território que ao aparecerem nas obras dos poetas e autores(as) criam espaços de contraposição à uma normatização externa verticalizada, como foram os movimentos marginais da década de 1960 e 1970.

De acordo com os estudos sobre Lugar, conceito trabalhado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, a literatura marginal, como signo e horizontalidade, tem potencial para influenciar mobilizações no território e interferir diretamente na temporalidade exercida naquele lugar em relação ao todo. Sendo o lugar uma parte da totalidade que se relaciona dialeticamente com o todo e também representação direta da realidade, pois é o palco dos acontecimentos, as variações da temporalidade no lugar criam sincronismos e diacronismos que modificam também a totalidade. A busca por entender as subdivisões do todo é também a busca por entender o mundo, pois não há lugares desconectados. Ao definir a categoria de análise “literatura marginal” do Barreiro, os autores tentam construir um caminho que percorra de forma coerente as escalas que ligam o lugar à totalidade sem se desvincular das necessidades e sensibilidades humanas na produção do espaço.

A cultura e a arte são um direito de todos institucionalizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (1948) e internalizado no Brasil pelo art. 5º da Constituição Federal do Brasil, que visa garantir a participação das pessoas na vida cultural e proteger a criatividade e a identidade cultural dos povos. A identidade é uma expressão da formação social, pois ela aproxima as pessoas a partir de diversas características, relacionadas diretamente com o modo de produzir, o espaço e o tempo, dessa forma a cultura e a arte são elementos fundamentais na construção das formações socioeconômicas.

Esse texto representa os desejos dos autores de avançar um pouco mais nos seus estudos em produção do espaço e de abrir possibilidades de discussões e aprofundamentos

das ideias e pensamentos já consolidados. Ao trazer uma pesquisa que investiga o território através da poesia e da arte, os autores buscam abrir espaço para que as subjetividades dos poetas e escritores no lugar sejam percebidas como força de produção do espaço não só pela materialidade das relações do território, mas também nas discussões desta disciplina chamada geografia.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: O que é / como se faz.** 55^a edição. São Paulo. Edições Loyola, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. de 2025.
- CARMONA, Kaio Carvalho. Belo Horizonte literária: a cidade e a poesia. **Opiniões**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 9, p. 38–45, 2016. DOI: 10.11606/issn.2525-8133.opinias.2016.124614. Disponível em: <https://revistas.usp.br/opinias/article/view/124614>. Acesso em: 2 nov. 2025.
- CATENACCI, Vivian. Cultura Popular: entre a tradição e a transformação - **Revista São Paulo em Perspectiva**. v.15/ nº.2/ Abr-Jun 2001. Disponível em: https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v15n02/v15n02_04.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.
- DINIZ, Sibelle Cornélio. Economias populares na Região Metropolitana de Belo Horizonte: integração entre trabalho, cultura e território. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (org.). **Guia da cidadania e identidade metropolitana na RMBH**. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018. p. 258-262. Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/wp-content/uploads/2020/11/guia-cidadania-e-identidade-web.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- DINIZ, S. C. MONTE-MÓR, R. L. M. A PEQUENA PRODUÇÃO POPULAR E SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO E REORGANIZAÇÃO METROPOLITANA: A VISÃO DO PDDI-RMBH. In: **Cedeplar**. Belo Horizonte. 2012. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_343.pdf Acesso em: 27 nov. 2025.
- FERREIRA, Diego V. D. JAYME Juliana D. As interações entre um movimento social e os moradores da ocupação Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte. **Metrópole 21**. v. 45, Dossiê disputas político-conceituais sobre a governança das metrópoles. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4510>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/issue/view/2201>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LAGES, Sofia S. **Industrialização, parcelamento do solo e metropolização: o processo de estruturação urbana recente do vetor oeste da RMBH**. 2020. Dissertação de

mestrado (Escola de arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa. (Org.) **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa**. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3). Disponível em: <https://ceie.sbc.org.br/metodologia/livro-3/> Acesso em: 1 nov. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do Capital**. 2ª edição. São Paulo. Boitempo, 2017.

MATOS, Edmar Ferreira de. A CONCEPÇÃO DE LITERATURA MARGINAL. **Caderno de Pós-Graduação Verbum**. São Paulo, Brasil, v. 12 n. 1 (2023): DOSSIÊ LEITURA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. DOI: <https://doi.org/10.23925/2316-3267.2023v12i1p241-243>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/61333>. Acesso em: 2 nov. 2025.

NOMBULELO, Ayobami. **Alforriado Matias - Dia 30 de outubro - Minidoc**. 2021.1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal Instituto Alforriado Matias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Cz1nAHNNRc. Acesso em: 5 nov. 2025.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRIO_20250310.pdf Acesso em: 27 jun. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Barreiro** / coordenadores, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** / Milton Santos, Maria Laura Silveira. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Agradecimentos

Palavras iniciais – Contribuições da literatura marginal do Barreiro para o lugar-mundo. O presente artigo faz parte da pesquisa em andamento no Curso de Graduação em Geografia — do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.